

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

GT Mulheres da ANA | IV ENA | BH, 2018

Para nós, mulheres feministas agroecológicas, a Agroecologia tem sido um caminho coletivo de construção de uma filosofia de vida que, a partir de uma forma de pensar e fazer a agricultura, propõe **relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e dessas com o ambiente**, orientando assim visões de mundo, ações cotidianas, atuações políticas e práticas produtivas, de consumo e da construção de **novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade e princípios da precaução e responsabilidade**. Com essa afirmação, recusamos uma visão cientificista e tecnicista, ainda muito presente no mundo acadêmico e na prática cotidiana de parte das organizações, que resume a agroecologia à transição do modelo de produção. Não basta substituir os venenos e adubos químicos por insumos agroecológicos ou orgânicos na produção de alimentos, energia, fibras, etc. Na nossa perspectiva é preciso enfrentar as contradições de classe, transformar as relações sociais entre homens e mulheres e entre as gerações, combater o racismo e ressignificar as conexões entre campo e cidade para a construção de outro mundo possível!

Seguimos afirmando o lema “Sem feminismo não há Agroecologia”, construído pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), que expressa o nosso entendimento sistêmico de que a agroecologia é ciência, prática e movimento!

As mulheres rurais, urbanas e os povos e comunidades tradicionais são protagonistas deste movimento, renovando conceitos e práticas, estando a frente de processos de transição agroecológica, do reconhecimento e valorização de sistemas agrícolas tradicionais sustentáveis, resistindo aos avanços da mercantilização da vida e da natureza.

Afirmamos esse lema porque, para nós, o Feminismo e a Agroecologia fazem parte da construção de um mesmo

projeto de transformação da sociedade que garanta a soberania dos povos sobre seus territórios e promova a produção e o consumo de alimentos saudáveis, a partir do uso e manejo sustentável dos agroecossistemas ao mesmo tempo em que reconheça o conhecimento, o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida e promova autonomia, igualdade, liberdade.

O feminismo pelo qual levantamos nossos punhos e bandeiras é o **feminismo popular, anticapitalista, antirracista, antiLGBT-fóbico!** Acreditamos que é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e, somente com transformações radicais na sociedade, será possível alcançar um mundo mais justo e igualitário para todas e todos! O feminismo pelo qual militamos é construído a partir da reflexão crítica sobre o cotidiano das mulheres. É olhando para as contradições, a violência e a opressão que vivenciamos pelo simples fato de sermos mulheres, que vamos construindo nossas formas de resistência e nossa agenda política.

É por esse motivo que **denunciamos a articulação entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo** que se expressa de maneiras diferentes ao longo da história para explorar nossos corpos, nosso trabalho e nossos territórios!

Portanto afirmamos que o mundo pelo qual nosso feminismo e nossa agroecologia lutam só será possível com o enfrentamento ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, para a construção da autonomia das mulheres sobre suas vidas, seus corpos, seu trabalho, sem ameaças cotidianas de violência nas casas, nas ruas, nos roçados, nas redes e nos movimentos sociais. **Na construção da Agroecologia precisamos ser ouvidas:** é fundamental que nossas realidades, anseios, concepções e contribuições sejam consideradas. Anunciamos: nós somos parte fundamental dessa História e dessa Memória! A nossa luta é todo dia! Somos memória da agroecologia! Ontem e hoje!



CONTEXTO E DESAFIOS

A divisão sexual do trabalho se organiza por princípios de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e de hierarquia (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) e está na base da opressão das mulheres. Acreditamos que **é essencial que o movimento agroecológico se some à luta feminista para alterar a divisão sexual do trabalho**, valorizando e reconhecendo as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, e, mais do que isso, buscando a sua justa divisão, em especial do trabalho doméstico e de cuidados. A partir do nosso olhar feminista reafirmamos a concepção de que a Agroecologia precisa ter um enfoque sistêmico, que considere as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

As relações desiguais entre mulheres e homens se entrelaçam às relações desiguais entre brancas/os e negras/os, pobres e ricos/os, e são demarcadas pela imposição de um único padrão aceitável de sexualidade, a heteronormatividade. Nesse sentido, declaramos ser fundamental fortalecer as lutas anticapitalistas, antirracistas e antiLGBTfóbicas, aprofundando as reflexões dentro do movimento agroecológico. Num momento de crise do capitalismo é fundamental percebermos e denunciarmos as diferentes formas de controle sobre nossas vidas, nossos corpos, nossos trabalhos, nossos territórios e nossa produção como estratégia para se manter como sistema hegemônico.

Os **golpes de Estado**, que muitos países da América Latina e o Brasil estão vivenciando, também são formas de controle do capital sobre nossas vidas, na medida em que **têm retirado direitos e imposto retrocessos em conquistas significativas**, tentando destruir o que temos de mais importante: a esperança e a força na luta por um mundo melhor. Especialmente no Brasil, nosso projeto de mundo feminista, agroecológico, socialista está sendo ameaçado e colocado em xeque pelo golpe misógino, midiático, parlamentar e jurídico que vivemos.



O golpe no Brasil está a serviço dos interesses internacionais em nosso patrimônio e tem implementado um projeto político cada vez mais neoliberal e patriarcal. Aliado ao setor financeiro internacional e às grandes transnacionais do setor energético, dos impérios agroalimentares no nível global, e outras grandes

corporações, esse governo e seus aliados fizeram uma clara opção por recolocar o Brasil numa posição subordinada aos interesses do capital internacional, punindo trabalhadoras e trabalhadores por uma crise que é parte do sistema capitalista. Desta forma, penaliza as/os mais vulneráveis da nossa sociedade: mulheres, jovens, camponesas/es, agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais, em toda a sua diversidade. Como já anunciava Simone de Beauvoir:

“Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Alguns exemplos da concretização desta agenda política pelo governo golpista são a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos; a AntiReforma Trabalhista e as ameaças de uma AntiReforma da Previdência; o fim da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas; o corte brutal em todas as políticas públicas que buscam promover a agricultura familiar e a agroecologia, além da entrega do patrimônio público energético, com a privatização das empresas estatais, como a Eletrobrás, e a entrega do pré-sal às petroleiras estadunidenses!

Nós, mulheres, temos sentido fortemente o aumento do conservadorismo e a intensificação do controle sobre nossas vidas expressos tanto no aumento das diversas formas de violência, a partir de atos cruéis de feminicídio, da desqualificação de nossa atuação em espaços políticos, da invisibilização de nossa história, trabalho e contribuição, do assédio, da exposição de nossos corpos e do uso midiático da violência que sofremos. Ao mesmo tempo, algumas organizações da agroecologia não estão conseguindo responder à altura esta ofensiva, e diante da falta de recursos, têm diminuído ou suspenso suas ações com as mulheres. Não nos calaremos e continuaremos nos insurgindo contra as várias manifestações de retrocessos nas políticas e programas públicos, e também em nossos espaços de militância!

Além disso, o golpe aprofundou o processo de criminalização dos movimentos sociais e da pobreza que se expressa no genocídio do povo negro, no encarceramento em massa e no assassinato de ativistas. Temos transformado luto em luta por Marielle Franco, Nilce de Souza Magalhães, Francisca das Chagas Silva e tantas e tantos outros. Não aceitaremos que permaneça impune a tentativa de homicídio de nossa companheira Francisca Nascimento, do MIQCB, que a impunidade favoreça a agressão contra as mulheres e fomenta o ódio contra aquelas que se pronunciam em defesa das mulheres.

No último período vivenciamos manifestações conservadoras ruidosas como a “Escola Sem Partido”, a caça à “Ideologia de gênero”, atos do grupo terrorista de extrema direita MBL nas universidades, censura às artes,

ataques de ódio durante a visita de Judith Butler ao Brasil e ameaças, inclusive de morte, a professoras universitárias por suas pesquisas em gênero.

É por este motivo que afirmamos que a luta pela agroecologia também deve se somar às lutas contra o golpe e por democracia no Brasil! Para nós é fundamental denunciarmos a retirada de direitos duramente conquistados com a Constituição Federal de 1988 e ao longo dos últimos anos, ao mesmo tempo em que apresentamos a agroecologia como um modelo de desenvolvimento a serviço do povo e da sustentabilidade da vida!

O aumento do conservadorismo e das diferentes expressões do machismo no Brasil também ecoa em nossos movimentos. Práticas de desqualificação das mulheres e das diferentes bandeiras de luta que encampamos, em espaços políticos e nas diferentes instâncias de tomada de decisão, bem como o assédio e a violência também se expressam mais fortemente nesse contexto. Frente a isso, reafirmamos a necessidade do processo de auto-organização e de fortalecimento da solidariedade entre mulheres e da radicalização do lema “Sem feminismo não há agroecologia” frente às ainda tão cotidianas práticas de isolamento, invisibilização e tentativas de anulação das contribuições das mulheres no conjunto do movimento e na sociedade. Os mecanismos do golpe, em que o machismo foi utilizado como instrumento para desqualificar a presidenta Dilma e diminuir sua legitimidade, se expressa também entre nós, mas estamos alertas!!! No processo de preparação e realização do ENA gritamos “Não aceitaremos mais isso! Não nos calaremos”.

LUTA E RESISTÊNCIA DESDE OS TERRITÓRIOS

O levantamento da riqueza cultural que resulta da interação das populações no Brasil com os bens comuns (terra, água, biodiversidade) é uma forma de conhecer a realidade brasileira e a afirmação da cidadania em um país pluriétnico. E as mulheres tem aí uma especial contribuição histórica no campo, nas florestas, nas águas e nas cidades.

A luta das mulheres na construção de um mundo justo e igualitário se dá em todos os espaços, em todos os momentos, desde seus lugares de vida, resistência e seus territórios. Pensar nossa realidade e a construção do feminismo e da agroecologia desde nossos biomas têm sido um importante exercício de localizar essas lutas, que são próprias de cada realidade e evidenciam a afirmação de nossas diversas identidades.

As mulheres têm um papel fundamental para a sustentabilidade da vida no planeta, na manutenção e conservação dos territórios e na defesa dos bens comuns. Através dos seus conhecimentos e saberes desenvolvidos com as plantas medicinais, na guarda e defesa das sementes crioulas, no manejo das plantas nativas, nas práticas agroecológicas nos quintais, nos arredores da casa, ricas em diversidades de espécies na produção de hortaliças, frutíferas, forrageiras, plantas medicinais, criação de galinhas e pequenos animais elas têm contribuído para a saúde e para a soberania e segurança alimentar e nutricional de suas famílias e também para a produção do artesanato como expressão cultural e identitária.

Toda a contribuição das mulheres do campo, das florestas e das águas para conservar e multiplicar as configurações complexas dos sistemas agrícolas e agroextrativistas nos vários biomas, sua diversidade cultural e as diferentes formas de apropriação e uso dos bens da natureza, que constroem sentidos aos vários modos de vida, ainda não tem a valorização e o apoio que precisam e merecem. As mulheres agroextrativistas, por exemplo, como grupo culturalmente diferenciado são ainda menos reconhecidas.

Um dos problemas enfrentados pelas mulheres é a existência de barreiras sanitárias que dificultam e, muitas vezes, impedem a comercialização da sua produção, que resulta desse complexo e rico sistema produtivo, no mercado formal, incluindo o PAA e o PNAE. Ainda que, nos últimos anos, a partir de uma intensa mobilização popular, tenham sido publicadas algumas normativas voltadas para a simplificação e a desburocratização das normas sanitárias para a produção familiar e de base artesanal, e tenha sido criado, recentemente, pela ANVISA, o Programa para a Inclusão Produtiva e Inclusão Sanitária (PRAISSAN), permanece o desafio de implementação efetiva pela maior parte dos Estados e Municípios.

Além disso, avançou-se muito pouco na implementação do SUASA (Sistema Único e Descentralizado de Sanidade Agropecuária), continuando um sistema sanitário complexo, com diversos órgãos responsáveis pela fiscalização e regulação atuando de forma desarticulada, bem como um conjunto amplo de normativas de difícil acesso e compreensão. Observa-se também que a lógica que orienta a definição do padrão de identidade e qualidade dos alimentos ainda se baseia em um modelo industrial e de larga escala de produção e consumo, o que dificulta o acesso da população a alimentos diversificados e saudáveis, produzidos a partir de conhecimentos e práticas tradicionais.

Para nós, mulheres da agroecologia, é urgente e necessário que as concepções de qualidade e risco sanitário passem a ser fundamentadas nos diferentes contextos locais e em nossos conhecimentos, práticas experiências e modos de vida, contemplando também a diversidade cultural e alimentar que expressam o nosso sistema produtivo.





Nas cidades, as mulheres da Agricultura Urbana também lutam para manter a prática da agricultura como forma de resistência de seus saberes ancestrais e defendem com garra o direito à cidade. Nessa batalha, são elas que fazem o enfrentamento às remoções pelo crescimento da especulação imobiliária e em contextos de megaeventos e grandes empreendimentos das metrópoles, seja através do embate direto ou da manutenção de seus espaços de cultivo. Elas são as mais atingidas pela militarização das cidades, especialmente a mulher negra, periférica, lésbica e mãe trabalhadora sem acesso a creche, a redes de apoio e sujeita à falta de mobilidade dos centros urbanos, onde perdem seus filhos precocemente para contextos extremamente violentos. Somos as mais atingidas!

Também nas grandes cidades, tem sido através das relações agroecológicas, que as mulheres têm estabelecido vínculos entre diferentes gerações e saberes de tantas partes do país que na batalha cotidiana da sustentabilidade da vida. São nas práticas agroecológicas e feministas que as mulheres têm enxergado grande diversidade de resistência, que tenta se sobrepor aos ciclos de violências físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e institucionais. Através da economia feminista comunitária, elas têm estabelecido relações de confiança, troca e cuidado, onde o autocuidado e o cultivo de plantas medicinais e de alimentos saudáveis tenta dar conta da precariedade ou ausência de acesso à saúde pública de qualidade que garanta inclusive direitos sexuais e reprodutivos. Com vínculos comunitários, auto-organização e resgate das culturas alimentares, as mulheres do campo, da floresta, das águas, agricultoras urbanas, marisqueiras, erveiras, benzeadeiras, parteiras e tantas ressignificam suas vidas e saberes e encontram abrigo nas culturas dos quilombos, afro-indígenas, nordestinas, reconstruindo o que são com olhares tão diversos sobre o que as assola, e ainda mais sobre o que as une! As mulheres estão nas feiras, nas roças, nas favelas, nos quintais, nos maciços, na beira do mar, nas varandas, na política, nos templos religiosos, nas praças, nos mais diversos espaços urbanos para dizer que temos direito à cidade, e de forma justa, igualitária e afetuosa.

UM OLHAR PARA OS BIOMAS

Afirmamos que as mulheres estão na vanguarda da luta pelos Bens Comuns como uma alternativa ao neoliberalismo e à privatização e financeirização da natureza, o que se expressa a partir de diferentes formas de participação e novas iniciativas com a liderança das mulheres. Elas têm participado ativamente de processos de ocupação e autodemarcação de territórios, criando instrumentos políticos como os Protocolos Comunitários Bioculturais que são instrumentos que contêm acordos elaborados por comunidades locais, sobre temas relevantes aos seus modos de vida, visando a garantia dos direitos consuetudinários dos seus povos, fundamentados na tradição, e expressos por valores, princípios, regras, cosmovisões e práticas passadas de geração em geração. Participam da elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas e da construção de Protocolos com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata dos direitos territoriais. Lideram a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou a reconversão de Unidades de Proteção Integral para a defesa de seus modos de vida e preservação ambiental. Criam Casas de Sementes e difundem práticas de resgate, conservação e uso de sementes crioulas ou tradicionais. Lutam como integrantes dos povos de matriz africana e povos de terreiro pelo reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro, acentuando o sentido sagrado dos alimentos e a relação harmoniosa com a natureza. Defendem o território pesqueiro, a pesca artesanal e o reconhecimento da mulher pescadora e ressignificam com suas experiências de agricultura urbana e de luta pela ocupação dos diferentes territórios urbanos e defesa dos serviços públicos, o direito à cidade.



AMAZÔNIA

A **Amazônia** é um território da sociobiodiversidade que, no momento atual enfrenta crescentes ameaças com a expansão dos monocultivos, pecuária e mineração. Tem, hoje, cerca de 20% de sua área desflorestada sem que haja benefícios significativos gerados para os brasileiros e para o desenvolvimento da região. Nela vivem aproximadamente 24 milhões de pessoas, sendo destes cerca de 400 mil indígenas em 170 etnias e 355 comunidades remanescentes de quilombos.

O espaço agrário amazônico tem vivenciado o aprofundamento das desigualdades sociais com o acirrado processo de disputa político-econômico pela apropriação e controle territorial por parte de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. O projeto de desenvolvimento destinado à Amazônia nada tem a ver com a distribuição de riquezas e gestão sustentável dos bens comuns pelas comunidades locais, tradicionais e indígenas, pois está baseado na transformação dos bens comuns em commodities, ou seja, solo e subsolo em minério, a água em energia, as florestas em madeira e grãos. Exemplo disto é o monocultivo de dendê, que posiciona o Pará como maior produtor da palmeira do Brasil, disputando palmo a palmo a agricultura familiar e camponesa, para produzir combustível, diminuindo as áreas de roças (produção de alimentos) e contaminando rios, florestas e por fim amplas áreas de plantio de alimentos.

A realidade amazônica complexa, com seus vários ecossistemas, chama atenção para as inúmeras formas de resistência que estão sendo tecidas para combater este modelo, assim como propor saídas que não lancem mão dos mesmos métodos utilizados pelo modelo vigente, entre elas, o extrativismo vegetal praticado pelas mulheres, que estende seu trabalho para além dos limites estipulados pelo terreno ou lote. Este trabalho chega até os rios, florestas, várzeas ou outros espaços de coleta de alimento, onde os territórios são de uso comum, não causam conflitos internos (ainda que possam existir ameaças externas) e utilizam de forma combinada os recursos da floresta visando o enriquecimento da dieta alimentar e a valorização dos recursos fitoterápicos. Há uma relação direta entre as interações ecológicas e as atividades produtivas das mulheres, a segurança alimentar e nutricional e o cuidado com a saúde.

As populações ribeirinhas, onde a vida se move com o ciclo das águas nas várzeas com os bens da natureza oferecidos pelos rios e pela fertilidade dos solos inundados periodicamente combinam as culturas de alimentos, com a pesca, criação de animais e o extrativismo de frutos e produtos madeireiros e não madeireiros. Compreendemos então, que as mulheres desenvolvem atividades polivalentes – são agricultoras, criadoras e extrativistas de alimentos vegetais e animais.

O extrativismo é estratégico para a sustentabilidade na vida nas áreas de várzeas, mas também nas áreas de terra firme. As andirobeiras, por exemplo, que extraem o óleo da semente da árvore Andiroba para fins sobretudo terapêuticos, defendem sua preservação nos planos de uso comunitários. Assim como, a castanheira de onde se extrai a Castanha do Pará ou Castanha do Brasil, fonte de proteína e selênio. Há também o açazeiro, donde se extrai o fruto açaí e se faz o vinho ou polpa, que, combinado com o peixe, assegura uma das principais refeições dos povos da Amazônia.

CAATINGA

A Caatinga, que se manifesta na maior parte do Nordeste do Brasil, tem entre suas principais características o clima semiárido, a baixa umidade relativa do ar e as altas temperaturas. A Caatinga é muito rica em biodiversidade, apresentando alto grau de espécies únicas. Abriga um terço de espécies endêmicas exclusivamente brasileiras, ou seja, elas só existem neste território. É o único bioma totalmente brasileiro, isto é, o que significa quer dizer que algumas características regionais desse bioma não são encontradas em nenhum outro lugar do planeta. Por isso é grande a nossa responsabilidade de cuidar desse patrimônio: o bioma Caatinga, é hoje, patrimônio ecológico da humanidade.

Para as mulheres, a Caatinga é a fonte insubstituível de madeira, alimentos, fitoterápicos e elementos para confecção de artesanatos. Uma questão essencial para a vida na Caatinga é a água. A pouca disponibilidade, em decorrência das prolongadas estiagens, comuns às zonas semiáridas, resulta em uma relação de dependência direta da utilização desse recurso natural, e para isso é preciso aprender a conviver com o semiárido e exercitar a estocagem, princípio fundamental dessa convivência; estocar água e sementes para enfrentar os períodos de escassez. As mulheres têm contribuído muito com suas experiências agroecológicas, em todo o agroecossistema, no beneficiamento de frutas e na preservação do bioma Caatinga, através do manejo sustentável das plantas nativas e da conservação da biodiversidade nos quintais diversificados, nos bancos de sementes, nos viveiros de mudas e nas “farmácias vivas” em seus quintais. Contribuem na recuperação de áreas degradadas da vegetação da Caatinga, assim como têm exercido um papel fundamental como guardiãs de sementes crioulas e espécies nativas desse bioma, como o angico, a catingueira, o juazeiro, a imburana-de-cheiro.

A partir de seus conhecimentos e práticas as mulheres constroem suas resistências e suas lutas em favor da agroecologia e do feminismo, pois são muitas as dificuldades e preconceitos enfrentados pelas mulheres no seu cotidiano na família e na comunidade para serem reconhecidas como sujeitos econômicos e políticos.

CERRADO

O Cerrado, segundo em extensão no Brasil, é conhecido como o “berço das águas”, porque mantém três grandes aquíferos (Guarani, Bambuí e Urucuaia) e é responsável pela formação e alimentação de grandes rios do continente, como São Francisco, Tocantins e Araguaia. Abriga as nascentes de oito das doze regiões hidrográficas brasileiras. No entanto, é um bioma ameaçado pela soja do agronegócio, a mineração, a pecuária e as barragens, sobretudo com a implantação do programa chamado Matopiba nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Já perdeu cerca de 50% de sua área original e corre o risco de desaparecer como bioma. Apenas 11% do Cerrado é coberto por Unidades de Conservação. É um bioma fortemente impactado pelos agrotóxicos e pesquisas mostram o alto índice de contaminação das águas, do solo, do ar e também do leite materno.

Responde por um terço da biodiversidade do Brasil com uma enorme contribuição das mulheres. Além do cultivo de cereais nos roçados e de verduras e frutas nos quintais, no entorno das casas, como abacaxi, acerola, cajá, caju, goiaba, manga e tamarindo. As mulheres trabalham na coleta e no processamento de frutos do Cerrado, principalmente do babaçu, pequi, cumbaru, jenipapo, mangaba, jatobá, cagaita, coquinho azedo, maracujá nativo e panã, além do manejo de tubérculos, como a mandioca, o mangarito, e plantas nativas medicinais. Essas práticas, que sustentam a cultura alimentar e o significado nutricional da alimentação “in natura”, colocam-se como contraposição ao padrão de produção que contamina os alimentos e provoca a erosão das espécies e, na outra ponta, impõe padrões de consumo prejudiciais à saúde.

Aí habitam povos indígenas de várias etnias, comunidades quilombolas, geraizeiras/os em Minas Gerais, conhecidos como agricultoras/es dos planaltos, encostas e vales do Cerrado. Resistem à cultura das cercas, à ocupação e uso da terra como propriedade privada dos monocultivos, à mineração e à ofensiva de latifundiários com suas milícias armadas e buscam se reproduzir nas terras de seus pais e avós. Aí estão as/os vazanteiras/os do Rio São Francisco e também outras comunidades tradicionais como as/os morroquianas/os no Mato Grosso, as/os apañadoras/es de sempre-vivas em Minas Gerais.

As Quebradeiras de Coco Babaçu que vivem entre o Cerrado e a Caatinga, nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, lutam por instituir um novo direito, expresso na proposta do babaçu livre para a garantia do acesso a esse alimento onde ele se encontra. Exigem medidas de valorização e proteção para o seu trabalho e desse bem da natureza. Seu beneficiamento em mesocarpo do babaçu chega na alimentação escolar e outros produtos que geram renda e ao mesmo tempo contribui para a preservação das palmeiras. As Raizeiras do Cerrado autoras do “Protocolo Comunitário Biocultural: Direito Consuetudinário de praticar a medicina tradicional”, com o objetivo de oferecer um instrumento político que garanta os direitos de quem faz o uso tradicional e sustentável da biodiversidade brasileira para a saúde comunitária. As Mulheres Catadoras de Mangaba lideram a luta pela criação de Reserva Extrativista que possa garantir oficialmente áreas de proteção da ocorrência da fruta no litoral sergipano sem interferência do avanço imobiliário e do agronegócio, especialmente do monocultivo canavieiro, os dois maiores fatores de redução das mangabeiras na região.

PANTANAL

O território que compreende o Pantanal é considerado a maior planície inundada do planeta, englobando o sudoeste do Mato Grosso, o oeste do Mato Grosso do Sul, e parte do Paraguai e Bolívia. É uma região com alto índice pluviométrico (quantidade de chuvas), e periódicos alagamentos ocasionados pelo transbordamento de inúmeros córregos e lagos. Considerado um dos mais extraordinários patrimônios naturais do Brasil, possui uma biodiversidade faunística. Mas esta biodiversidade pantaneira, e seus povos, tem sido ameaçada pela crescente expansão do agronegócio e pelo crescimento das cidades, nas últimas duas décadas. Devido aos impactos sócio ambientais provocados pelo agronegócio, pela derrubada da mata ciliar e o assoreamento dos rios atingindo também as nascentes, contaminando o ambiente e intoxicando as pessoas pelo uso de agrotóxicos, comprometendo a vida no Pantanal. Além do plantio de soja nas planícies pantaneiras, há forte expansão da pecuária intensiva de gado de corte, a ameaça de construção de hidrovias, hidrelétricas e grandes projetos de mineração ameaçando e expulsando as famílias tradicionais pantaneiras de seu território.

O pantanal tem gente! Apesar das tentativas do agronegócio de invisibilizar a importância dos povos do pantanal e sua identidade. Estas comunidades pantaneiras desenvolveram formas alternativas de sobrevivência e manejo do ambiente, possuem um conhecimento tradicional que lhes permitem interagir com a biodiversidade. As mulheres pantaneiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas conhecem profundamente a flora pantaneira, fazem o uso tanto para a alimentação como uso medicinal. O cumbaru e o pequi, por exemplo, são utilizados para o enriquecimento de pães e bolachas e são comercializados via mercado institucional.

MATA ATLÂNTICA

A Mata Atlântica é formada por florestas com diferentes vegetações e ecossistemas associados, como restingas, manguezais e campos de altitude. De sua formação original que recobria boa parte da costa brasileira só restam 22%, apenas 7% com áreas contínuas de mais de 100 ha, que ainda sofrem intensa pressão imobiliária, de obras viárias, mineração e monocultivos com uso intensivo de agrotóxicos. Não podemos nos esquecer dos impactos causados pelo maior crime ambiental em áreas de mineração no mundo, que ocorreu com o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana/MG, descendo Rio Doce abaixo até chegar em sua foz, no ES! Até hoje os responsáveis continuam impunes e seguem sistematicamente violando os direitos humanos dos atingidos e atingidas.

Sua rica biodiversidade e o papel fundamental que a Mata Atlântica cumpre na regulação dos fluxos dos mananciais de água só se mantêm graças à contribuição das comunidades que nela vivem e a manejam. São comunidades quilombolas, indígenas, em particular Guarani Mbyá, Kaingang e Xokleng, Krenak, caiçaras, agricultores familiares tradicionais ou mesmo aqueles que voltaram à terra depois de expulsos pela chamada “modernização do campo”. Além do manejo tradicional, na região existem inúmeras experimentações, como iniciativas de agroflorestas, que recuperam áreas antes degradadas, cultivo e transformação de frutos nativos (juçara, cambuci, cataya...), pesca artesanal e turismo de base comunitária.

No entanto, na gestão pública predomina uma visão conservacionista com os pequenos e tolerante com os grandes. Enquanto empreendimentos turísticos e de mineração são autorizados, as comunidades são criminalizadas, seja pelas formas tradicionais de manejo, como a roça de coivara, seja pelo manejo agroflorestal. Além do mais, segundo o grande capital, a região deve acolher projetos de financeirização da natureza, como a gestão privada de unidades de conservação e unidades privadas para compensação ambiental e mapeamento genético. A criminalização cria uma atmosfera de controle permanente: é comum a presença da polícia ambiental cada vez mais armada e o medo da denúncia de vizinhos. É difícil encontrar quem nunca tenha sido multado, e aumentam os indiciamentos e prisões. A pressão faz com que muitos deixem a atividade agrícola, e muitas migram para a periferia das cidades.

As mulheres das comunidades tradicionais e agricultoras têm uma história de resistência na defesa de seus territórios. Ainda assim, vivências de violência são comuns. O território cortado pela BR 116 empurra mulheres e meninas para a prostituição. Na pesca artesanal, o trabalho das mulheres na coleta e processamento é desconsiderado nas políticas de apoio à pesca, como o seguro-defeso. Em muitas organizações reconhecidas por sua contribuição à agrofloresta, poucas mulheres são protagonistas dos espaços de fala e decisão. Mas, cada vez mais impossível de não serem vistas, as mulheres são protagonistas no cultivo e criação diversos, guardam sementes, plantas e sabores quase esquecidos, fazem experimentações, muitas delas coletivas, ainda que em pequenos grupos, nas aldeias, quilombos, assentamentos, bairros rurais e hortas urbanas.

PAMPA

O bioma Pampa exhibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. As paisagens naturais do Pampa se caracterizam pelo predomínio dos campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc.

Entre os maiores riscos ambientais no bioma Pampa podemos citar: a expansão da fronteira agrícola com a prática da monocultura – que expulsa os povos e comunidades tradicionais como agricultores e pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas, pomeranos, pescadoras e pescadores artesanais devido a concentração de terras do agronegócio, bem como os animais da região por conta da escassez alimentar causada pela perda da biodiversidade; o pastoreio intensivo – que compacta os solos pela passada dos animais e pelas queimadas para renovação das pastagens; e a mineração de chumbo, zinco e cobre projetada por grandes empresas transnacionais como a Nexa (Votorantim Metais) e a Iamgold Corporation.

A perda de biodiversidade compromete o potencial de desenvolvimento sustentável da região, seja perda de espécies de valor forrageiro, alimentar, ornamental e medicinal, seja pelo comprometimento dos serviços ambientais proporcionados pela vegetação campestre, como o controle da erosão do solo e o sequestro de carbono que atenua as mudanças climáticas, por exemplo.

A Agroecologia, desenvolvida na região pela agricultura familiar, pelos povos e comunidades tradicionais e sobretudo pelas mulheres, já demonstrou ser a única possibilidade de cumprir com os parâmetros da sustentabilidade do Pampa. E na produção agroecológica é onde ganha visibilidade a forte contribuição das mulheres na produção de alimentos, pequenos animais e numa grande diversidade de processados como compotas, chimias, pães, bolos, cucas, embutidos, queijos, conservas, polpas de frutas fundamentais para a renda e o autoconsumo das famílias. E por isso as mulheres dos pampas exigem normas sanitárias adequadas à produção artesanal e familiar.

É muito importante que possamos refletir coletiva e criticamente no IV ENA sobre as mulheres que constroem a agroecologia nos diversos territórios brasileiro assim como aprofundar nossas reflexões sobre os biomas costeiros, onde pescadoras e marisqueiras lutam para ser reconhecidas como tais, para ter acesso ao seguro defeso e pelo reconhecimento dos seus territórios. Precisamos refletir juntas sobre o que nós mulheres temos a contribuir nos diversos temas e espaços do IV ENA. Traga a sua contribuição a esse debate na Plenária de Mulheres do IV ENA! Traga as suas bandeiras de luta, as suas vivências, as suas experiências, os seus cantos e as suas palavras de ordem. A Agroecologia é das mulheres!



O GT MULHERES DA ANA E AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

Algumas experiências têm sido muito significativas nesse momento para as mulheres da Agroecologia, a exemplo do GT Mulheres da ANA e das Cadernetas Agroecológicas. Consideramos a constituição e a organização do GT de Mulheres da ANA como uma experiência importante a ser divulgada como um espaço estratégico de auto-organização das mulheres no movimento agroecológico. Pretendemos apresentar sua história de luta, assim como suas conquistas e desafios em sua atuação não apenas para dentro da ANA, mas na realização de ações de formação, sistematização de experiências, diálogo com a sociedade e interlocução na construção de políticas públicas de fortalecimento das mulheres na agricultura rural e urbana. Debateremos sobre o processo de construção e apropriação do lema “Sem feminismo não há agroecologia”, seu significado e importância para a ampliação do reconhecimento do feminismo no conjunto da sociedade e a organização da presença das mulheres em diferentes momentos do movimento agroecológico e em diferentes regiões do país.

A Caderneta Agroecológica é um instrumento de formação e de monitoramento da produção agroecológica das mulheres onde elas anotam tudo o que é produzido em 4 colunas: uma de consumo, outra de vendas, outra de doações e outra de trocas de produtos. Ela foi uma proposta metodológica construída pelo GT Mulheres da ANA para o registro da produção das mulheres e tem sido adotada no trabalho cotidiano de milhares delas em todo o Brasil e

tem permitido visibilizar a importância do autoconsumo, com base no que se deixa de gastar, mas também da qualidade da alimentação que as famílias têm acesso. Seu uso tem contribuído para a visibilização da contribuição econômica das mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades fortalecendo a luta contra a divisão sexual do trabalho, por uma economia feminista e pela justa divisão do trabalho doméstico. Além disso, as mulheres têm utilizado as cadernetas para construir sua autonomia na relação familiar, romper situações de violência e, inclusive, acessar políticas públicas e direitos sociais.

As indígenas das etnia Macuxi e Wapixana, do estado de Roraima, perceberam com a caderneta agroecológica que nas malocas indígenas da região, principalmente as mulheres fazem a comercialização dos seus produtos como carne de caça, peixe, carne de guariba e anta; beiju, farinha de mandioca, pimentas diversas, banana, abóbora, batata doce, caxirí de batata, pajuari de mandioca e artesanato, mas o preço é bem menor do que o cobrado fora da comunidade ou nos eventos que participam, onde a valorização social e monetária é maior. Mas perceberam também que a produção para o autoconsumo é muito importante e o uso das Cadernetas têm estimulado algumas famílias a aumentarem a produção para o autoconsumo.



SEM DEMOCRACIA NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

Entendemos que no IV ENA nossa responsabilidade é posicionar nossa visão de agroecologia, em contraposição às tentativas de institucionalizar e esvaziar seu conteúdo crítico, ou visões restritas e tecnicistas. Quando afirmamos que sem democracia não há agroecologia, afirmamos entre outras coisas, a nossa luta pelos serviços públicos como bens comuns! Além disso, buscaremos demarcar nossas referências sobre que feminismo construímos! Por isso reafirmamos que é preciso barrar o avanço do golpe e do conservadorismo e que não é mais possível tolerar o machismo e a violência contra as mulheres na sociedade e em nossas próprias organizações.